

A

Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final da Câmara Municipal de Bom Despacho

15
JP

Projeto de Lei nº 53/2022

Relatório

Trata-se de Projeto de Lei proposto pelo Chefe do Poder Executivo de Bom Despacho que institui o Programa Municipal Dinheiro na Escola- PMDE, com a finalidade de transferir recursos financeiros para escolas da rede municipal de ensino, fortalecendo as gestões democráticas.

O Projeto de Lei apresenta treze artigos dispondo sobre as especificidades do Programa a ser instituído, seus valores, forma de transferência, destino de aplicação e vedações.

Expõe o Chefe do Executivo a necessidade e importância de prestar assistência financeira para manter, reparar e melhorar a infraestrutura física e pedagógica escolar, além de reforçar a autogestão nos planos financeiro, administrativo e didático, bem como contribuir para elevação dos índices de desempenho da educação básica em cada unidade de ensino.

O setor contábil da Câmara Municipal de Bom Despacho, analisou o documento de impacto orçamentário-financeiro anexado ao Projeto tendo emitido parecer favorável à continuação do trâmite da proposta.

É o essencial a relatar.

Parecer

O objetivo do Projeto de Lei, em resumo, é a implementação do Programa Municipal Dinheiro na Escola- PMDE, visando prestar assistência financeira às unidades de educação básica da rede municipal de ensino.

16m

Conforme dispõe Art. 9º, VI da Lei Orgânica do Município de Bom Despacho, compete ao município aplicar suas receitas sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes. Ademais, à luz do Art. 11º da referida lei, compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber.

Dessa forma, a matéria ora tratada é de competência municipal, estando o presente Projeto de Lei em análise, em conformidade com as regras da Lei Orgânica Municipal.

Cabe destacar que a Constituição da República, em seu artigo 211, §2º, prevê que o Município irá atuar prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

Em linhas gerais, o projeto em análise parece-me alinhado ao comando constitucional. O Município estará aplicando suas receitas em prol do desenvolvimento da educação básica, estabelecendo diretrizes para tal aplicação.

A tramitação do projeto vem obedecendo ao regimento da Casa, assim como não há vícios de redação, exceto a referência equivocada feita à sigla do programa, constante do artigo 12, que merece ser emendado para correção:

Emenda de Redação nº 1

Redação original	Emenda
Art. 12 Fica o Município de Bom Despacho autorizado a suspender o repasse dos recursos do PMDDE à unidade executora que: (...)	Art. 12 Fica o Município de Bom Despacho autorizado a suspender o repasse dos recursos do PMDE à unidade executora que: (...)

Quanto ao aspecto contábil, financeiro e orçamentário do Projeto de Lei em análise, verifica-se que foi realizada a análise pela Assessoria Financeira e Contábil da Câmara Municipal que se manifestou no sentido de que a proposição atende os requisitos necessários, podendo prosseguir e ser aprovada.

Em face do exposto, nos termos do Art. 88, I, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Bom Despacho, dentro da competência dessa Comissão, entendo que o Projeto de Lei 53/2022, COM A APROVAÇÃO DAS EMENDAS ORA APRESENTADAS, é constitucional e legal, assim como tramita de forma regimental, sendo meu parecer pela sua aprovação nesta comissão, para que prossiga em sua tramitação.

Bom Despacho, 21 de junho de 2022

Vereador Marcelo Cesário – Malucão

Relator

12
JM